

**INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS
ADMINISTRATIVAS**

*Ensino Universitário de Administração Pública
na Índia (*)*

V.K.N. MENON

Diretor do Instituto Hindu de Administração Pública

1. ORIGEM E DESENVOLVIMENTO

O início dos estudos de administração pública nas universidades hindus data de meados do período entre as duas Guerras Mundiais. O crescimento de instituições de caráter representativo, durante aquele período, fez com que o estudo e a compreensão dos complexos processos e tarefas da administração se tornassem essenciais ao funcionamento de governos municipais e provinciais autônomos. A crescente intervenção estatal em assuntos de natureza econômica e social, no decorrer da Primeira Guerra Mundial, bem como a depressão que teve lugar na década de trinta, tornaram mais freqüentes os contatos entre a administração e o povo, aumentando o interesse deste nas atividades do sistema administrativo. À medida que crescia o número de hindus recrutados para o serviço público, as universidades cada vez mais tinham sua atenção voltada para a necessidade do ensino de administração pública.

Entretanto, somente após a Segunda Guerra Mundial e depois de ter o país obtido sua independência, quando do surgimento de uma grande expansão das atividades do Estado nos setores de assistência e previdência social e do desenvolvimento, é que encenou-se um estudo sério e organizado de administração pública, começando então a desaparecer, gradualmente, o medo e o mistério que cercavam a administração sob o jugo estrangeiro.

O estudo de administração pública tem sido, tradicionalmente, parte dos estudos de história, ciência política e economia. Devido à influência da administração alienígena, até a década de vinte o próprio estudo de ciência política enquadrava-se no de economia ou se subordinava, como ramo subalterno, ao estudo da história. Todavia, ao ser a ciência política gradualmente reconhecida como matéria independente nas universidades hindus, deu-se maior atenção ao estudo da organização do Governo, tanto sob perspectiva histórica quanto atual. Não obstante, concentravam-se os estudos mais em aspectos jurídicos e constitucionais do que propriamente práticos e funcionais.

(*) Traduzido sob o patrocínio do I.B.C.A. do n.º 4. de 1959, da "Revue Internationale des Sciences Administratives".

Uma vez, porém, obtida a independência política e ampliadas as atividades do Estado nos setores de assistência e previdência social e do desenvolvimento, assumiu nova importância o estudo da administração pública. As novas tarefas com que se defronta o administrador exigem amplo conhecimento e compreensão das complexidades da vida moderna. Atualmente, a ênfase dada ao estudo de administração vai gradualmente sendo dirigida para o estudo do processo administrativo, como síntese de muitos e diversos campos do conhecimento.

Com a obtenção da autonomia, o estudo de administração pública, cujo ensino era anteriormente muito limitado, recebeu duplo estímulo. Em primeiro lugar, a retirada do poder estrangeiro determinou a ocupação de altos postos por pessoal hindu, que, por necessidade, teve que se interessar mais pela teoria e prática administrativas. Em segundo, a crescente participação do Estado em atividades de assistência e previdência social e desenvolvimento passou a exigir dos administradores novos talentos e aptidões. Esses dois fatores deram novo alento ao estudo da administração pública, preparando-se muitas instituições novas para proporcioná-lo.

2. ORGANIZAÇÃO DO ENSINO

(a) *Matérias*

De vez que o estudo da administração pública, conforme já mencionado, é geralmente considerado como fazendo parte do estudo mais amplo da ciência política, o atual objetivo do ensino é o de desenvolver no estudante o gosto pelo papel desempenhado pela administração na sociedade contemporânea, facilitando assim maior cooperação e compreensão entre a administração e os futuros cidadãos. O ensino de administração pública como cultura geral e como preparação do aluno para que ocupe seu lugar de cidadãos na comunidade, apenas indiretamente auxilia os futuros funcionários públicos. O campo de pesquisas dos estudos de administração está, ainda, em parte, para ser esboçado. O limitado volume de pesquisas que tem sido empreendido têm-se confinado, via de regra, a material histórico e documentos.

Não há treinamento direto ou indireto para o serviço público, antes da admissão do funcionário. Há, porém, escolas de treinamento em serviço para uma variedade de setores, onde se administra treinamento adequado à função específica para a qual existe o serviço ou departamento, e destinado aos funcionários admitidos.

Ainda não se processa, na Índia, o estudo avançado de administração pública, para treinamento de professores na matéria. O currículo da Escola de Administração Pública, a ser brevemente criada pelo Instituto de Administração Pública da Índia, destinar-se-á a êsse tipo de ensino avançado. Será útil na preparação dos cidadãos para participação ativa nos negócios públicos, no treinamento daqueles que desejarem dedicar-se ao ensino de administração pública como carreira, bem como na preparação profissional dos que desejarem entrar para o serviço permanente, mediante concursos públicos de alto nível.

Conforme acima mencionado, o estudo da administração pública não é geralmente reconhecido como disciplina independente pelas universidades hindus, sendo que apenas poucas universidades mantêm cursos especiais e independentes da matéria para concessão de grau superior. Cerca de seis universidades concedem diploma para o curso de administração pública, sendo que a maioria das outras exige apenas um ou dois trabalhos sobre administração pública, assim mesmo facultativamente, de um modo geral, como parte do currículo para obtenção de grau em Ciência Política. Apenas duas universidades, as de Patna e Lucknow, possuem Institutos de Administração Pública.

Entre os cursos de administração pública existentes, encontramos os seguintes: Diploma superior ("Master degree") de Administração Pública nas universidades de Nagpur e Lucknow, cursos de administração pública nas universidades de Patna, Lucknow e Madras, e curso de administração econômica na universidade de Delhi.

O currículo abrange apenas tópicos diretamente relacionados com administração pública ou matérias correlatas, tais como economia e ciência política. A base dos cursos é o estudo de natureza geral, havendo muito pouco treinamento especializado em qualquer dos setores deste ramo. O estudo comparado de sistemas e práticas administrativas enquadra-se no currículo apenas como parte do estudo geral de administração pública, limitando-se geralmente a apenas três países, Índia, Reino Unido e Estados Unidos da América.

O setor em que se verifica maior interpenetração entre os currículos de administração pública e os de outros ramos é o dos cursos para concessão de diplomas e graus em administração pública e os de ciência política e economia. Os cursos de Direito incluem alguns estudos de direito constitucional e administrativo e do processo administrativo e judiciário. De igual maneira, alguns cursos de História incluem um trabalho sobre administração pública ou evolução constitucional.

b) Instituições

Na maioria das universidades, o estudo de administração pública constitui parte do Departamento de Ciência Política e, às vezes, do Departamento de Economia. Apenas a Universidade de Nagpur criou um Departamento de Administração Pública e Governo Local Autônomo. Há, entretanto, uma tendência para serem criados Institutos de Administração Pública semelhantes aos das universidades de Patna e Lucknow. Nesta última o curso será destinado aos membros do corpo docente. No caso de cursos especiais, admitir-se-ão tanto funcionários públicos como estudantes universitários.

Ensina-se ainda administração pública em escolas de treinamento direto para o serviço público, dirigidas pelos governos central e estaduais. O ensino é ministrado somente a funcionários estagiários dos níveis superiores. O ensino extra-universitário limita-se, atualmente, às escolas de treinamento em serviço. Pretende-se, no entanto, criar brevemente em Haiderabad uma faculdade para funcionários administrativos, nos mesmos moldes da que

existe em Henley-on-Thames. A instrução será ministrada predominantemente pelo "syndicate method", estando aberta a pessoal que já possua experiência e proveniente de empresas públicas e privadas, do funcionalismo público e de instituições educacionais.

As universidades têm sido criadas por lei do governo central ou estadual, conforme o caso. Os diplomas por elas concedidos são válidos para admissão em empregos públicos ou privados. As escolas de treinamento em serviço foram criadas pelos governos central e estaduais, sendo dirigidas como repartições.

A lei que cria uma universidade, estabelece seus poderes, funções e organização, determina sua condição como autarquia, permitindo-lhe processar e ser processada. Consoante as disposições da lei, a universidade pode estabelecer regulamentos, instruções e estatutos para o desempenho de suas funções. O órgão de administração superior de uma universidade é o Conselho Executivo, eleito parcialmente por uma Corte do Senado e parcialmente pelo Conselho Acadêmico, com algumas vagas de nomeação *ex-officio*. Este órgão controla as finanças e o patrimônio da universidade, cabendo-lhe ainda tomar quaisquer decisões de ordem administrativa. A organização dos estudos e outros assuntos de natureza acadêmica estão a cargo da Junta de Estudos e do Conselho Acadêmico. As escolas de treinamento em serviço encontram-se sujeitas ao respectivo governo central ou estadual.

A principal fonte de renda das universidades indianas provém das taxas de inscrição, instrução e exame, pagas pelos estudantes, recebendo ainda subvenções dos governos central e estaduais. As subvenções concedidas pelo Governo central são distribuídas de acordo com as recomendações da Comissão de Subvenções Universitárias, órgão semi-autônomo, criado por lei. Algumas universidades, também dispõem de fundos provenientes de dotações particulares, estabelecidas para fins específicos, as quais não são, porém, em grande número.

O Instituto de Administração Pública da Índia foi criado em março de 1954 sob a presidência do Primeiro Ministro da Índia, Jawaharlal Nehru, sendo subvencionado pelo governo central e dispondo de considerável auxílio proveniente da Fundação Ford. O Instituto não administra, atualmente, ensino de administração pública, havendo, entretanto, planos para a criação de uma Escola de Administração Pública.

Com exceção das instituições para treinamento em serviço, o ensino é ministrado sobretudo por professores do Departamento de Ciência Política. São eles recrutados à base de qualificações acadêmicas e trabalhos de pesquisa, consoante as exigências das autoridades universitárias para as diversas categorias de professores. Aquêles que têm a seu cargo o ensino de administração pública geralmente possuem um amplo conhecimento de ciências sociais. A maioria do corpo docente trabalha em regime de tempo integral, embora se utilize também a experiência de certos funcionários públicos através de preleções. Os professores universitários de tempo integral são geralmente professores por profissão, não se considerando a experiência como habilitação essencial para o ensino da matéria. As qualificações exigidas são diploma de nível superior, experiência de ensino por um determinado período de tempo e prova de capacidade em trabalhos de

pesquisa. Como o ensino de administração pública geralmente faz parte do programa de ciência política, o professor geralmente não possui qualquer especialização na matéria.

Há uma série de vantagens no emprêgo de professores de carreira no ensino de administração pública. Via de regra possuem eles um sólido conhecimento teórico, enfrentando a análise de problemas administrativos de forma independente e sem prevenções. Falta-lhes, entretanto, o contato com a realidade administrativa. Embora possam os professores basear algumas de suas aulas em experiência prática, nem sempre possuem uma visão ampla da matéria. O indicado seria uma combinação adequada dos dois tipos.

c) *Estudantes*

Para a admissão em curso de Ciência Política que confere grau de "Master", com exigência de um trabalho em administração pública, ou para obtenção do grau de "Master" em administração pública, os estudantes devem possuir o diploma de "Bachelor of Arts", de preferência em ciências políticas. Para inscrição em curso que confere diploma específico em administração econômica ou técnicas de govêrno local autônomo, basta possuir o grau de "Bachelor", ou mesmo outra qualificação inferior. Nos casos dêstes últimos cursos, dá preferência aos funcionários públicos, especialmente da administração municipal, não havendo, porém, qualquer discriminação quanto a religião, raça ou sexo. A fim de que se mantenha dentro do razoável o número de alunos de cada classe, as universidades, às vêzes, limitam o número de vagas. A seleção de candidatos a admissão é feita predominantemente pelo mérito, determinado pelas notas ou graus obtidos em exames acadêmicos por que já tenham passado. A seleção é feita pelo Chefe do Departamento de Ciências Políticas ou de Administração Pública, conforme o caso, auxiliado por outros professores do mesmo departamento ou de outros departamentos de ciências sociais. O estudante que busca um grau universitário em ciências políticas ou administração pública nem sempre é funcionário. As classes dos cursos que conferem diploma específico em administração pública são geralmente noturnas. Os funcionários públicos locais freqüentam as aulas mediante permissão especial, e os que provêm de outras regiões geralmente obtêm licença para treinamento, continuando a pertencer ao serviço público. Os estudantes das escolas de treinamento em serviço são considerados como funcionários públicos em estágio probatório, ficando obrigados a servir ao govêrno, a menos que peçam demissão do serviço para o qual foram selecionados. Caso não concluem o treinamento, ficam obrigados a restituir todos os salários e ajuda de custos recebidos.

O período de estudo é considerado como estágio probatório da carreira administrativa, sendo, por conseguinte, contado como tempo de serviço, antiguidade, etc. Os funcionários nesse tipo de estágio probatório ficam não obstante, para fins disciplinares, sujeitos às Regras de Conduta aplicáveis a todo o funcionalismo público.

Para obtenção do grau de "Master" em ciências políticas ou administração pública, efetuam-se exames universitários após dois anos de estudos, havendo também um exame parcial (que pode ser eliminatório) no final do

primeiro ano. Para os cursos que concedem diploma específico de administração pública, assim como, às vezes, no caso de funcionários em estágio probatório, exames são realizados ao fim do período de estudos.

O exame consiste, invariavelmente, de uma prova escrita, regida por um regulamento que determina a percentagem mínima de pontos exigida para cada trabalho e para a nota global. Por vezes, para cada trabalho constante do exame para obtenção do grau de "Master" há dois examinadores, um pertencente aos quadros da universidade e outro vindo de outra universidade. Nesse caso, ou a média das duas notas é aceita como nota final, ou os dois examinadores discutem o caso entre si, dando uma nota que seja aceita por ambos. É mais comum, entretanto, haver apenas um examinador por trabalho, com cerca de metade dos trabalhos corrigidos por examinadores de outra universidade.

Para aqueles que concluem satisfatoriamente o período de estudos, concedem-se os seguintes graus e diplomas: Grau de "Master" em administração pública, Diploma de administração pública, "Master" em ciências políticas (com um ou dois trabalhos sobre administração pública), doutorado ou "Master" em direito envolvendo pesquisa em ciência política.

Na Índia, a obtenção de um grau ou diploma em qualquer matéria é considerada como prova de conhecimento na matéria em causa. Assim, constitui requisito para admissão aos níveis médio e superior do serviço público a posse um grau universitário, mas não necessariamente em administração pública ou matéria correlata. Em alguns casos, para empregos em órgãos municipais, dá-se preferência aos portadores de diploma em administração local. Até o presente, o diploma ou o grau de "Master" em Administração pública não torna mais fácil a admissão a cargos da administração superior dos governos central e estaduais, os quais são preenchidos mediante concurso público, aberto a todos os que possuírem grau de nível superior, dentro dos limites de idade estabelecidos.

3. MÉTODOS DE ENSINO

O ensino é ministrado sobretudo mediante preleções. Até o presente têm sido relativamente raros os seminários e grupos sob supervisão de um professor, mas importância cada vez maior vem sendo dada aos mesmos, bem como aos estudos e observações de natureza prática, em vista da crescente complexidade da administração. O Instituto Hindu de Administração Pública organizou um seminário, de âmbito nacional, sobre "O Estudo e Ensino de Administração Pública". As discussões que então tiveram lugar abrangeram, entre outros aspectos, os meios e modos de melhorar os métodos de ensino. Acredita-se, geralmente, na Índia, que o método de preleções, empregado com exclusividade, não cria no estudante um interesse profundo pelo assunto, tendo como resultado apenas uma aquisição temporária de conhecimento mal assimilado. Ademais, as preleções não transmitem aos alunos uma compreensão segura da realidade. Os métodos de ensino seriam muito mais eficazes caso as preleções fossem suplementadas por seminários e estudos práticos.

Quando se efetua um seminário, o assunto de discussão é geralmente um relatório elaborado por um dos estudantes. Como ainda não existe material padrão que possa servir para o estudo de casos na administração hindu, este método tem seu emprêgo bastante limitado. Em algumas universidades, pode-se apresentar uma tese escrita em lugar de um ou dois relatórios exigidos para a obtenção do grau de "Master" em ciências políticas. Essas teses são elaboradas na base de observações e estudos diretos, sob a orientação de professores universitários. Continua-se, porém, a dar maior importância aos relatórios escritos do que à tese.

Outros métodos de ensino utilizados na Índia são as visitas a locais de serviço ou observações supervisionadas de órgãos governamentais, sendo que estas são limitadas. As vezes os estudantes universitários estagiam em um órgão administrativo, a fim de estudar o seu mecanismo para a elaboração de sua tese. No caso de instituições de treinamento em serviço, os funcionários públicos em estágio probatório ficam obrigados, após conclusão do treinamento institucional, a continuar em treinamento no cargo, por períodos variáveis. Vez por outra os funcionários administrativos de classes superiores são convidados a pronunciar conferências, que todavia não constituem parte do currículo regular de estudos.

Algumas críticas podem ser feitas ao ensino de administração pública. O método de preleções e o uso limitado de trabalhos práticos têm sido considerados inadequados para um ensino eficaz. A qualidade e o conteúdo das preleções poderiam ser melhorados se as mesmas se revestissem de um aspecto mais prático, e os seminários e grupos de debate deveriam ser utilizados mais freqüentemente. O estudo de casos, selecionados em conjunto por administradores e professores universitários, muito contribuiria para dar maior realismo e profundidade ao ensino de administração pública.

a) *Equipamento*

Atualmente, o equipamento de ensino limita-se a livros, relatórios e gráficos. A maioria dos livros didáticos são de origem americana ou inglesa, não contendo portanto material sobre administração hindu. Geralmente contêm eles um estudo geral da administração pública, não se limitando a um setor específico da matéria.

Difícilmente pode o material de estudo existente satisfazer tanto em quantidade quanto ao conteúdo abrangido. A deficiência é ainda mais pronunciada no que diz respeito a informações sobre o funcionamento interno do mecanismo governamental. O Instituto Hindu de Administração Pública, em colaboração com as universidades do país, elaborou um plano amplo para a seleção e publicação de material de estudo, estando alguns professores empenhados na elaboração de livros didáticos, mas essas tentativas ainda não obtiveram grande êxito.

Não existem na Índia leituras "clássicas" ou básicas de administração pública, a menos que se volte para os antigos clássicos como o *Artha Shastra*, de Kautily. Há, porém, vários relatórios de comissões que, por vezes, são

designadas pelos governos central e estaduais como, por exemplo, as Comissões de Investigação Administrativa de Bengal e Bombaim, os relatórios dos Srs. Gopaldaswamy Ayyngar, Gorwala e Appleby. O Instituto Hindu de Administração Pública edita uma revista trimestral, "Revista Hindu de Administração Pública" que contém artigos de administradores, professores e homens públicos, baseados em idéias originais, observações e experiência, dando ainda um noticiário sobre novas aplicações no campo da administração pública. Espera-se que essa revista possa brevemente proporcionar material básico capaz de estimular novas idéias e debates sobre administração na Índia. É de se lamentar que ainda não se tenham publicado livros didáticos com estudos de casos, porquanto esse valioso método de ensino é ainda pouco empregado. Não obstante, deve-se mencionar que o Instituto Hindu propõe-se a publicar algum material de estudo incluindo descrição de casos. O auxílio e a cooperação de órgãos administrativos é indispensável para a preparação de material de estudo num país como a Índia, onde há muito pouca literatura sobre o funcionamento interno do complexo administrativo. Recentes experiências sobre o assunto indicam que, mediante contatos adequados com as autoridades administrativas, não haverá impedimentos no que se refere a sigilo administrativo.

Não há, na Índia, bibliografias especializadas sobre ciências administrativas. O Instituto Hindu de Administração Pública já iniciou trabalho para a elaboração, primeiramente, de bibliografias especializadas sobre aspectos selecionados de administração pública, devendo, posteriormente, ser compilada uma bibliografia nacional sobre administração indiana. As bibliografias elaboradas pelas Nações Unidas e pela Sra. Seckler-Hudson, sobre teoria e prática de administração pública em outros países que não a Índia, podem ser encontradas em algumas universidades que ministram ensino sobre essa matéria e no Instituto Hindu de Administração Pública. Todavia, a carência de bibliografias sobre administração hindu constitui, atualmente, empecilho às pesquisas administrativas de qualquer natureza. Há grande necessidade de bibliografias pormenorizadas sobre vários aspectos da administração hindu, bem como sobre as práticas correspondentes em países estrangeiros.

Não há, atualmente, centros de informação sobre administração pública, embora o Instituto Hindu de Administração Pública já tenha tomado as primeiras medidas nesse sentido. Os institutos de administração pública de diversas universidades indianas também já se estão empenhando em trabalho semelhante.

Considera-se, na Índia, que a cooperação internacional muito auxiliaria o desenvolvimento mais rápido dos estudos administrativos. É essencial, porém, que o material que fôr preparado internacionalmente não se apresente sem atrativos e muito generalizado, como decorrência de esforços feitos para fazer face a muitas e variadas necessidades.

Em vista da limitação de recursos, o pessoal a serviço de estabelecimentos de ensino é insuficiente e inadequadamente habilitado. Há uma grande necessidade de se proporcionar um quadro de professores de todos os tipos para estimular o interesse verdadeiro dos alunos.

b) *Relações entre o ensino de administração pública e administração de empresas*

Nas condições atuais, há uma ausência acentuada de mobilidade social, embora, ultimamente, tenha havido certa migração de funcionários públicos aposentados para cargos de direção de empresas privadas. Essa falta de mobilidade é principalmente devida às diferenças acentuadas de vencimentos e outras vantagens disponíveis nos setores público e privado.

Da mesma maneira, o ensino de administração pública e o de administração de empresas são ministrados em estabelecimentos separados. Não há muito treinamento especializado, no país, para qualquer um dos dois setores, pois mesmo o estudo de administração de empresas se encontra ainda no início. Apenas recentemente quatro universidades hindus, as de Delhi, Bombaim, Madras e Calcutá, iniciaram cursos que concedem diploma de empresas.

Em vista dos ambiciosos planos de desenvolvimento econômico e social do país e do papel crescente a ser desempenhado por empresas públicas, há cada vez maior interesse em uma unidade conceitual básica entre administração pública e de empresas. Ao mesmo tempo, reconhecem-se as diferenças básicas entre os dois estudos, como, por exemplo, objetivo do lucro em contraposição ao interesse público, exigência de prestação de contas ao público no caso de administração governamental, etc. Os estabelecimentos de ensino para administração pública e de empresas, no entanto, provavelmente continuarão separados, embora certas instituições, como o "Administrative Staff College", especialmente destinadas a tornar mais íntimos os contatos entre pessoal dos setores públicos e privado, continuem a desempenhar um papel cada vez mais importante. O Instituto Hindu de Administração Pública também está estudando um plano para o intercâmbio periódico de pessoal entre órgãos governamentais e empresas privadas, a fim de facilitar a cada um a possibilidade prática de conhecer os problemas e as dificuldades do outro.

É premente a necessidade de treinamento de pessoal para as atividades de natureza econômica e social. A amplitude e a complexidade das novas tarefas econômicas e sociais vêm exigindo, além de reforço dos serviços públicos de administração geral, a criação de um Serviço de Administração Industrial para operar e administrar empresas públicas. O serviço ainda não foi criado. Também encontram-se em exame planos para o estabelecimento de serviços especializados nos setores de ciência e engenharia. O ensino de ciências administrativas em escolas de treinamento em serviço exigiria, igualmente, não apenas concentração de estudos em setores especializados, mas também uma síntese do conhecimento especializado com outras matérias.

4. PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Não há dúvida de que a existência de níveis superiores de ensino no setor de administração pública deu origem ao desenvolvimento de pesquisas, as quais, entretanto, ainda não atingiram uma fase muito adiantada, sendo efetuadas principalmente nos departamentos de ciência política ou de administração pública, ou em Institutos de Administração Pública.

Não há muitos centros de pesquisa que se ocupam de administração pública. Não obstante, a Escola de Economia e Política de Gokhale, Poona, tem levado a cabo alguns estudos nesse setor. O Instituto de Administração Pública da Universidade de Patna iniciou, há pouco tempo, alguns projetos de pesquisa, e o Instituto Hindu de Administração Pública elaborou um plano geral de pesquisas administrativas, de natureza histórica, descritiva e funcional. As várias escolas de serviço social, criadas em diversas regiões do país, estão, de certo modo, atuando como centros de pesquisa em administração de assistência social. A pesquisa é geralmente levada a efeito pelos alunos, como parte dos estudos para obtenção do grau de "Master" ou do Diploma em Serviço Social ou Administração Social.

As pesquisas acadêmicas geralmente se fazem sobre os seguintes temas: serviço público, governo municipal, organização departamental, administração da assistência social, administração pública no regime democrático, etc. Não há uma diferença muito acentuada entre pesquisa e ensino, havendo mesmo uma tendência para interpenetração de um com o outro.

Embora os dados obtidos no setor de administração pública sejam muito limitados, os estudantes geralmente preferem dedicar-se à pesquisa de documentos, limitando-se aos setores já estudados. São raros os estudos e observações originais das instituições e práticas administrativas. Elementos externos, tais como programas de reforma e planos políticos, não parecem ter grande influência, embora as exigências administrativas do país influam sobre a escolha de matérias devido aos novos programas de desenvolvimento e assistência e previdência social.

Não se procedeu ainda a um volume suficiente de pesquisas para que se possa verificar um efeito considerável sobre o ensino, embora muitas vezes os resultados das pesquisas sejam usados à guisa de exemplo.

Infelizmente, as pesquisas no setor de administração pública não estão progredindo na Índia com a rapidez necessária. Posto que, haja consciência de sua necessidade, ainda não há condições adequadas para que as mesmas se processem. Espera-se que o Instituto Hindu de Administração Pública desempenhe papel preponderante na promoção de pesquisas nesse setor.

Os resultados das pesquisas administrativas são publicados em vários periódicos, tais como boletins informativos de universidades, "Jornal Indiano de Ciência Política", "Jornal Indiano de Administração Pública", e o boletim do Instituto de Administração Pública da Universidade de Patna.